

No âmbito da transferência de reclusos da cadeia de Ponta Delgada

“A situação que se vive no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada é insustentável”, diz Isabel Almeida Rodrigues

“A situação que se vive no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, que teve como último desenvolvimento a necessidade de transferência de 60 reclusos, dos quais 30 já terão sido transferidos para a Madeira, é insustentável”, considerou a deputada do Partido Socialista à Assembleia da República.

Para Isabel Almeida Rodrigues, que interpelava a Ministra da Justiça em audição regimental, e para os deputados socialistas açorianos, esta é uma situação que “coloca em crise princípios fundamentais de execução de medidas de coacção e de penas de prisão”.

A parlamentar socialista, que já abordou por diversas vezes a importância do Estabelecimento Prisional de São Miguel, apelando inclusive a que o Governo da República use de todos os recursos ao seu alcance para acelerar quer a conclusão da primeira fase, quer a segunda fase que tem que ver com a sua construção, evidenciou três principais conclusões face à actual circunstância do Estabelecimento Prisional (EP) de Ponta Delgada.

Considerando a importância fundamental da Cadeia de Apoio da Horta, Isabel Almeida Rodrigues defendeu que o estabelecimento, a funcionar como cadeia de apoio no contexto da Região Autónoma, permitiria, por exemplo, que nesta situação, “a transferência de reclusos não se desse para fora da Região, mas sim dentro do território, o que certamen-



te teria feito, pelo menos do ponto de vista do equilíbrio emocional dos reclusos, a diferença”.

Retirando como principal conclusão a necessidade imperiosa de avaliar os impedimentos a uma maior utilização dos meios de vigilância eletrónica e a urgência de se implementarem soluções que permitam ultrapassar estes constrangimentos,

a deputada apelou à capacidade de inovação, uma vez que considera este “o melhor recurso para responder a esta questão”.

Tal como já o fez por diversas ocasiões, Isabel Almeida Rodrigues voltou a alertar para a urgência de actuar de forma a acelerar o processo porque, conforme considera, “não podemos, efectivamente, aguardar

por 2027 para ter concluído aquele estabelecimento”.

Ao questionar directamente a Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, a parlamentar quis saber se serão estas transferências transitórias e como serão assegurados os contactos com as famílias, manifestando, nesta medida, a sua preocupação.

Por sua vez, Francisca Van Dunem salientou a dificuldade associada à transferência de reclusos para a Madeira, mencionando ser esta uma transferência “transitória e temporária”. De acordo com a Ministra da Justiça, e em virtude da Covid-19, “tivemos de transformar a Cadeia de Ponta Delgada em cadeia de entrada”, na qual os novos reclusos “passam todos por ali para poderem fazer a quarentena”, condicionando, nessa medida a capacidade de alojamento.

“Temos, neste momento, os 30 reclusos transferidos, o que estamos a procurar fazer é criar condições para que lhes seja permitida ter uma relação de proximidade com a família, nomeadamente através das salas virtuais e das visitas virtuais”, afirmou a Ministra, reconhecendo ser, obviamente, um contacto diferente do pessoal.

Acrescentando ainda não ser esta “uma situação desejada, e que prejudica a reinserção social destas pessoas”, a Ministra da Justiça salientou estarem atentos ao problema, desejando regressar, para breve, a situação ao seu normal.

Paulo Moniz apresenta alternativas à transferência do excesso de reclusos

O deputado do PSD/Açores na Assembleia da República, Paulo Moniz, defendeu ontem que o Governo deve criar condições para albergar provisoriamente em imóveis do Estado sem uso, e não transferir o excesso de reclusos do EP.

O deputado social-democrata falava durante uma audição da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, tendo questionado a Ministra da Justiça sobre a recente transferência de reclusos, “que se viram retirados do seu contexto familiar e social, devido à falta de condições daquele estabelecimento prisional”, referiu.

“Há cerca de uma semana, 60 reclusos foram transferidos, porque a capacidade máxima de 140 reclusos do Estabelecimento Prisional estaria ultrapassada em 30 elementos, totalizando 170 reclusos”, recordou o parlamentar social-democrata.

Segundo Paulo Moniz, “existem muitos edifícios do Estado, devolutos e sem uso na ilha de São Miguel, nos quais poderiam ser criadas condições

para albergar pelo menos aqueles reclusos que são mais jovens e que cumprem penas mais leves”, considerou.

O deputado do PSD/Açores na República frisou que o EP “é insalubre à luz de qualquer legislação. Ser condenado a cumprir pena em Ponta Delgada é, para além da privação da liberdade que ela constitui, a privação da dignidade da pessoa humana”, disse.

Na questão formulada a Francisca Van Dunem, Paulo Moniz alertou para o facto de “o sucesso da reinserção social determinar em muito a eficácia do nosso sistema prisional. E retirar reclusos ao contacto das famílias e ao contacto dos que lhes são próximos é condenar o seu futuro, especialmente tratando-se de reclusos mais jovens e em cumprimento de penas menores”, concluiu.

Recorde-se que o anúncio da transferência dos reclusos foi feito na semana passada, tendo gerado muita controvérsia desde então, sobretudo pela Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso (APAR).

